Entretextos

ENTRETEXTOS. Londrina, v.26, esp.1, 2026.
ISSN 1519-5392 UEL
DOI:10.5433/1519-5392.2026.v26.55113

A plataformização da alfabetização: regulação e monitoramento no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

The platformization of literacy: regulation and monitoring within the national commitment to a literate child.

La plataformización de la alfabetización: regulación y monitoreo en el Compromiso Nacional por la Alfabetización Infantil

Lhays Marinho da Conceição Ferreira[1]
0000-0003-3619-2545
Caroline dos Santos Florentino de Barros[2]
0000-0002-0245-882X

RESUMO: O artigo analisa como a articulação entre plataformas digitais e dispositivos de monitoramento da aprendizagem, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), reconfigura as formas de regulação da alfabetização no Brasil. Fundamentado na literatura sobre plataformização da educação, governamentalidade, performatividade e solucionismo tecnológico, em diálogo com abordagens pós-estruturais de currículo, o estudo mobiliza o conceito de "GPS docente" como chave analítica. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter analítico-documental, baseada na análise de políticas normativas e materiais institucionais vinculados ao CNCA. Os resultados evidenciam que a integração entre plataformas digitais e sistemas de avaliação institui uma racionalidade de regulação centrada na produção e circulação de dados, promovendo o monitoramento contínuo da aprendizagem e a indução de práticas pedagógicas orientadas por indicadores. Nesse contexto, a avaliação assume papel estruturante, operando como ferramenta de gestão e controle. Conclui-se que esse arranjo tensiona a autonomia docente e contribui para a consolidação de modelos pedagógicos prescritivos, alinhados a lógicas de padronização, mensuração e performatividade, com implicações para o currículo e para os modos de significar a alfabetização.
PALAVRAS-CHAVE: plataformização da educação; alfabetização; CNCA.

ABSTRACT: The article analyzes how the articulation between digital platforms and learning

[1] Pós-doutoranda no ProPEd/UERJ. Doutora em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: lhays.uerj@gmail.com
[2] Doutoranda em Educação ProPed/UERJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail:carolinesfbarros@gmail.com

monitoring devices, within the framework of the National Commitment to Literate Children (CNCA), reconfigures the forms of literacy regulation in Brazil. Grounded in the theoretical framework about the platformization of education, governmentality, performativity, and technological solutionism, and in dialogue with post-structural approaches to curriculum, the study mobilizes the concept of the “teaching GPS” as an analytical key. Methodologically, it is a qualitative, analytical-documentary study based on the analysis of policies, regulations, and institutional materials related to the CNCA. The results show that the integration of digital platforms and assessment systems establishes a regulatory rationality centered on the production and circulation of data, promoting continuous monitoring of learning and the induction of pedagogical practices guided by indicators. In this context, assessment assumes a structuring role, operating as a tool of management and control. It is concluded that this arrangement tensions teacher autonomy and contributes to the consolidation of prescriptive pedagogical models aligned with logics of standardization, measurement, and performativity, with implications for the curriculum and for the ways of signifying literacy.
KEYWORDS: platformization of education; literacy; CNCA.

RESUMEN: El artículo analiza cómo la articulación entre plataformas digitales y dispositivos de monitoreo del aprendizaje, en el marco del Compromiso Nacional por la Alfabetización Infantil (CNCA), reconfigura las formas de regulación de la alfabetización en Brasil. Fundamentado en la literatura sobre la plataformización de la educación, la gubernamentalidad, la performatividad y el solucionismo tecnológico,en diálogo con enfoques posestructurales del currículo, el estudio moviliza el concepto de “GPS docente” como clave analítica. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, de carácter analítico-documental, basada en el análisis de políticas, normativas y materiales institucionales vinculados al CNCA. Los resultados evidencian que la integración entre plataformas digitales y sistemas de evaluación instituye una racionalidad de regulación centrada en la producción y circulación de datos, promoviendo el monitoreo continuo del aprendizaje y la inducción de prácticas pedagógicas orientadas por indicadores. En este contexto, la evaluación asume un papel estructurante, operando como herramienta de gestión y control. Se concluye que este arreglo tensiona la autonomía docente y contribuye a la consolidación de modelos pedagógicos prescriptivos, alineados con lógicas de estandarización, medición y performatividad, con implicaciones para el currículo y para los modos de significar la alfabetización.
PALABRAS CLAVE: plataformización de la educación; alfabetización; CNCA.

Introdução

A incorporação de tecnologias digitais nas políticas educacionais tem se articulado a um movimento mais amplo de reorganização das práticas pedagógicas, das formas de gestão e dos modos de regulação da educação, frequentemente descrito como “plataformização”. Mais do que a introdução de ferramentas digitais no cotidiano escolar, esse processo envolve a constituição de uma nova arquitetura sociotécnica, na qual plataformas passam a estruturar a produção, a circulação e a validação de conhecimentos, bem como o acompanhamento e a avaliação dos processos educativos (Selwyn, 2017). No campo das políticas de alfabetização, esse

Licença CC BY 4.0

movimento ganha materialidade em iniciativas como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), que articula avaliação e monitoramento da aprendizagem por meio de plataformas digitais (Brasil, 2023a). Longe de se restringir a um conjunto de ações voltadas à melhoria da alfabetização, o CNCA se enquadra como parte de uma racionalidade mais ampla de governo que integra diferentes dispositivos (currículo, formação e avaliação) em uma rede orientada pela produção e gestão de dados. Nesse contexto, as plataformas não operam apenas como suporte técnico: elas figuram como elementos constitutivos dos modos de regulação da alfabetização.

As plataformas educacionais operam pela coleta e processamento contínuo de dados, convertendo interações pedagógicas em informações quantificáveis e analisáveis. Esse processo de datificação produz novas formas de visibilidade e estabelece critérios de valor baseados na mensuração de desempenho e na comparação entre sujeitos e instituições (Williamson, 2017), de modo que práticas educativas passam a ser traduzidas em indicadores e métricas que não apenas descrevem, mas orientam e regulam o ensino e a aprendizagem. Tal lógica articula-se ao solucionismo tecnológico (Morozov, 2013), que pressupõe a resolução de problemas complexos por soluções técnicas baseadas em algoritmos e dados. Na educação, a percepção manifesta-se na ideia de que desafios como a alfabetização podem ser superados por sistemas digitais de diagnóstico e correção em tempo real, reduzindo a complexidade dos processos educativos e deslocando o debate para a eficiência, padronização e previsibilidade dos resultados.

A articulação entre plataformização e solucionismo tecnológico produz, portanto, uma racionalidade específica de governo da educação, marcada pela centralidade dos dados, pela valorização da evidência quantificável e pela busca por controle e antecipação dos processos educativos. Nessa racionalidade, a qualidade da educação passa a ser associada à capacidade de monitorar continuamente o desempenho, identificar desvios e implementar intervenções corretivas, com frequência mediadas por sistemas digitais (Ball, 2014). Configuram-se, assim, formas de governamentalidade baseadas na produção e gestão de dados padronizados “[...] que inventam um nacional unificado, apagando diferenças,

Licença CC BY 4.0

antagonismos, incomensurabilidades" (Frangella, 2019, p. 841). Além disso, a presença das plataformas na educação está profundamente imbricada com processos de financeirização e mercantilização (Bogéa; Oliveira, 2026). Neste contexto, dados educacionais passam a ser tratados como ativos econômicos, e as soluções tecnológicas, como produtos a serem escalados e comercializados (Williamson, 2017; Srnicek, 2018). Esse cenário amplia a participação de atores privados na definição de políticas educacionais, contribuindo para a constituição de redes híbridas de governança, nas quais as fronteiras entre público e privado tornam-se cada vez mais difusas (Ball, 2014).

Trata-se de uma regulação que opera não apenas por normas explícitas, mas pela indução de comportamentos e produção de padrões, expressa nas políticas de alfabetização por metas de aprendizagem, monitoramento contínuo e uso de plataformas que acompanham o desempenho e orientam o trabalho docente. Esses movimentos impactam o currículo ao privilegiar habilidades discretas, progressões lineares e objetivos mensuráveis. Contudo, sob perspectivas pós-estruturais, o currículo é uma prática discursiva atravessada por disputas e relações de poder (Lopes, 2015), de modo que a plataformização tensiona seu caráter contingente ao buscar estabilizar significados e orientar práticas por lógicas pré-estruturadas.

Diante desse quadro, a plataformização da alfabetização pode ser analisada não como um fenômeno neutro ou inevitável, mas como parte de uma racionalidade política que redefine os modos de governar, ensinar e aprender. Ao articular essa discussão com o conceito de solucionismo tecnológico (Morozov, 2013), evidencia-se que a centralidade atribuída às plataformas nas políticas contemporâneas está vinculada a uma determinada forma de compreender e intervir sobre a educação, que privilegia a técnica e a prescrição em detrimento da contingência. Assim, este trabalho questiona de que modo a articulação entre plataformas digitais e monitoramento da aprendizagem, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, participa da constituição de novas formas de regulação da alfabetização.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter analítico-documental, fundamentada na análise de políticas normativas, documentos

Licença CC BY 4.0

institucionais e materiais oficiais vinculados ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). O corpus analítico é composto por decretos, guias pedagógicos, documentos de monitoramento e avaliação, plataformas institucionais e materiais produzidos no âmbito da política, considerados como produções discursivas que participam da constituição de determinadas racionalidades sobre alfabetização, currículo e docência. A análise ancora-se em perspectivas pós-estruturais do currículo, articulando contribuições dos estudos sobre plataformização da educação, governança algorítmica e dataficação dos processos educativos.

Nesse horizonte, o presente artigo analisou o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com foco no eixo de sistemas de avaliação, buscando compreender como a integração entre plataformas digitais e dispositivos de monitoramento da aprendizagem reconfigura modos de governar a alfabetização. Para isso, analisou-se como se organiza o eixo sistema de avaliação (CNCA) e a parceria com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Universidade Federal de Juiz de Fora - CAEd/UFJF, responsável pela produção, organização e circulação de dados educacionais, configurando regimes de visibilidade, comparação e intervenção sobre o ensino.

Argumenta-se que, ao integrar monitoramento e plataformas digitais, o CNCA institui formas de regulação que operam pela produção e circulação de dados, orientando práticas pedagógicas, decisões curriculares e modos de organização da alfabetização. Como chave analítica, mobiliza-se o conceito de *GPS docente* (Ferreira, 2023), com o qual se busca compreender como essas dinâmicas operam na orientação, no monitoramento e na indução das práticas pedagógicas, evidenciando a emergência de formas de regulação do currículo e da docência.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e a regulação da alfabetização

No contexto recente das políticas educacionais brasileiras, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) pode ser analisado como expressão de um

Licença CC BY 4.0

arranjo de governança que articula diferentes dispositivos de regulação em torno da garantia da alfabetização. Instituído pelo Decreto nº 11.556/2023 e posteriormente reafirmado pela Lei nº 15.247/2025, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada apresenta-se como política voltada à garantia do direito à alfabetização e à recomposição das aprendizagens nos anos iniciais do ensino fundamental. Mais do que um conjunto de diretrizes orientadoras, o CNCA mobiliza uma arquitetura político-institucional que integra currículo, formação docente, avaliação e monitoramento contínuo (Brasil, 2023a), operando por meio de instrumentos que buscam induzir determinadas práticas pedagógicas e produzir resultados educacionais específicos.

Ao estabelecer que as crianças devem estar alfabetizadas ao final do segundo ano e atribuir à União a definição do nível considerado como alfabetização para fins de avaliação e monitoramento (Brasil, 2023a), a política institui um padrão nacional e centraliza a definição do que conta como estar alfabetizado. Desse modo, além de definir metas, o CNCA participa da própria produção de critérios sobre a alfabetização, ao articular monitoramento e gestão como estratégia de orientação das redes de ensino e das escolas, por meio da disponibilização de instrumentos diversificados de avaliação (Galvão; Santos, 2025).

Nesse arranjo, a alfabetização passa a operar como marcador regulatório, convertendo-se em objetivo mensurável e monitorável, associado à ideia de trajetória escolar bem-sucedida. Essa lógica tende a produzir uma compreensão mais homogênea da alfabetização, obscurecendo diferentes tempos, modos de aprender e experiências escolares ao reforçar uma concepção de currículo orientada pela prescrição (Frangella; Silva, 2024).

A governança do CNCA, organizada em cinco eixos estruturantes, produz parâmetros de regulação da alfabetização e institui práticas e resultados esperados (Brasil, 2023a), mobilizando a promessa de maior controle e estabilidade dos processos educativos, ainda que a política permaneça atravessada por disputas político-discursivas que constituem modos de pensar o currículo, a docência e a aprendizagem (Lopes, 2025). O eixo de sistemas de avaliação organiza um arranjo articulado que opera, em diferentes escalas, com a finalidade de monitorar o

Licença CC BY 4.0

processo de alfabetização e orientar práticas pedagógicas e a gestão escolar (Brasil, 2023a).

Ao integrar avaliações escolares, sistemas estaduais e o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), o CNCA institui uma rede contínua de produção de dados sobre a alfabetização, na qual o desempenho dos estudantes é permanentemente medido, registrado e comparado, deslocando a avaliação de um papel diagnóstico para uma função central de monitoramento, gestão e regulação (Brasil, 2023a). Esse movimento caracteriza uma tecnologia de governo ancorada na mensuração e na definição de parâmetros nacionais de desempenho, na qual a própria avaliação participa da produção de verdades sobre o que conta como aprender a ler e escrever. Tal racionalidade se operacionaliza por meio do Plano de Monitoramento e Avaliação do CNCA (Brasil, 2023b), que institui análises específicas e uma dinâmica contínua de medição, análise e reajuste da política, com base em dados e indicadores, consolidando uma lógica de gestão orientada por resultados.

A avaliação contínua da aprendizagem constitui um dos pilares do Compromisso, operando como instrumento formativo para acompanhar o percurso dos estudantes, orientar o currículo e subsidiar decisões pedagógicas. Nesse contexto, o guia *Avaliação Contínua da Aprendizagem* (Brasil, 2024a) orienta o uso dos resultados no “replanejamento didático” e consolida uma lógica de acompanhamento permanente, na qual o desempenho é continuamente registrado, analisado e mobilizado para intervenções pedagógicas. Ao mesmo tempo, esse arranjo busca apoiar a tomada de decisões na gestão das redes, das escolas e dos processos de ensino e aprendizagem por meio da disponibilização de instrumentos diversificados de avaliação (Galvão; Santos, 2025).

A análise do eixo estruturante dos sistemas de avaliação do CNCA permite compreender que a política não se organiza apenas como um conjunto de diretrizes curriculares ou ações de formação docente, mas como parte de uma arquitetura de regulação da alfabetização baseada em metas, avaliações, monitoramento contínuo e produção sistemática de dados. A alfabetização, sob tal contexto, passa a ser progressivamente traduzida em indicadores, níveis de desempenho e relatórios,

Licença CC BY 4.0

tornando-se objeto de acompanhamento permanente e de intervenções orientadas por evidências, o que reconfigura os modos de ensinar, avaliar e organizar o currículo (Frangella; Silva, 2024).

Evidencia-se então, uma forma de governar a educação que não se limita a normas e prescrições curriculares, mas opera pela produção de informações, comparação de resultados e indução de práticas pedagógicas consideradas mais eficazes (Ball, 2014). Trata-se de formas de governança educacional baseadas em dados, indicadores e monitoramento contínuo, que também atuam como estratégias discursivas de produção de determinados modos de conceber o aluno, o propósito da educação e o próprio professor.

Nesse campo de forças, a alfabetização passa a constituir um espaço privilegiado de produção de normas, expectativas e prescrições dirigidas às escolas, aos professores e às crianças, afastando-se de uma compreensão que a reconheça em sua complexidade e em seu caráter multifacetado, como cultura, enunciação e produção de sentidos, marcada pela indeterminação e pelo movimento que atravessam tal processo (Axer; Dias; Drummond, 2024).

Esse movimento também se articula ao processo mais amplo de plataformização da educação, no qual plataformas digitais passam a estruturar a gestão, o acompanhamento e a avaliação dos processos educativos, reorganizando práticas pedagógicas, formas de gestão e modos de regulação das políticas educacionais (Selwyn, 2017; Williamson, 2017). A regulação não se sustenta apenas em documentos normativos ou diretrizes curriculares, mas em infraestruturas digitais capazes de coletar, organizar, processar e disponibilizar dados sobre estudantes, professores e redes de ensino, permitindo o monitoramento contínuo do desempenho e a gestão da alfabetização em larga escala.

Desse modo, compreender a política de alfabetização implica não apenas em analisar seus documentos, programas e diretrizes, como também investigar as infraestruturas técnicas que tornam possível seu funcionamento, uma vez que é nelas que a regulação se materializa e passa a operar de forma contínua. É nesse contexto que se torna relevante analisar o papel das plataformas de avaliação e monitoramento vinculadas às políticas de alfabetização, como aquelas desenvolvidas

Licença CC BY 4.0

pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF), discutindo de que modo participam da produção de novas formas de regulação, monitoramento e condução das práticas pedagógicas.

Em contraste com abordagens que tratam a política educacional como uma diretriz técnica orientada a resultados previamente definidos, defende-se, no presente estudo, a noção de política como "política cultural", em que o currículo é compreendido como prática de significação e espaço de enunciação atravessado pela diferença, no qual conhecimento e cultura se constituem mutuamente (Frangella, 2019); tal perspectiva tensiona os efeitos das normativas educacionais e suas articulações com dispositivos de regulação que deslocam a educação para finalidades predominantemente instrucionais, reduzindo a complexidade da experiência educativa e obscurecendo suas dimensões culturais, políticas e simbólicas (Lopes; Macedo, 2016).

Nessa direção, as políticas educacionais não são projetos estáveis ou planos capazes de garantir resultados, mas construções contingentes, produzidas em contextos específicos e permanentemente abertas à disputa e à ressignificação (Lopes, 2025), configurando-se como apostas lançadas ao futuro, sem garantias de realização, e atravessadas pela incerteza e pela impossibilidade de controle total de seus efeitos. Muito além de instrumentos de asseguramento de resultados, tais políticas constituem processos discursivos e políticos produzidos em sua formulação e implementação, sempre abertos, incompletos e sujeitos a deslocamentos de sentido.

A plataforma e a infraestrutura de avaliação e monitoramento da alfabetização

O eixo estruturante de sistemas de avaliação (Brasil, 2023a), no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), materializa-se na parceria com o Ministério da Educação para a criação de uma plataforma digital de avaliações que, além um instrumento de monitoramento, configura um dispositivo de acompanhamento contínuo das aprendizagens (Jacomedes; Sacco; Muylaert, 2025).

Licença CC BY 4.0

Ao reunir avaliações, cronogramas, orientações pedagógicas e resultados, a plataforma não apenas organiza práticas, como também orienta modos de ver, interpretar e intervir sobre o processo educativo, constituindo-se como parte da infraestrutura de regulação da alfabetização.

Como operador na produção, organização e circulação de saberes sobre a aprendizagem, o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF), vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora e responsável pelo desenvolvimento de plataformas digitais, elaborou a *Plataforma do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*, inserindo-se de forma estratégica no campo das políticas educacionais. Sua atuação, ancorada na avaliação em larga escala, na formação de gestores e no desenvolvimento de tecnologias de gestão educacional, não se limita a um suporte técnico, mas participa ativamente da definição do que conta como aprender, ensinar e gerir a escola (Jacomedes; Sacco; Muylaert, 2025).

Sob a justificativa de apoiar redes municipais e estaduais, a plataforma opera também na indução de formas específicas de intervenção pedagógica, tomadas como mais eficazes e necessárias à promoção da equidade na alfabetização (Jacomedes; Sacco; Muylaert, 2025). Nesse movimento, os dados produzidos e disponibilizados pelo CAEd/UFJF assumem centralidade estratégica, funcionando como enunciados que autorizam decisões, classificam desempenhos e delimitam aquilo que passa a ser nomeado como *lacuna*, especialmente nos domínios da leitura, da escrita, da fluência e da matemática.

Além de informar, a plataforma produz formas de tornar a aprendizagem comparável, instituindo modos de compreender, aprender e alfabetizar e deslocando a gestão para um regime orientado por métricas e evidências; com isso, reconfiguram-se tanto às margens de ação docente quanto os sentidos de alfabetização, traduzidos em indicadores, níveis de desempenho e metas. Nesse contexto, a plataformização não se reduz à dimensão tecnológica: ela articula dimensões técnicas, econômicas e políticas, reconfigurando as relações entre Estado, mercado e educação e instaurando novas formas de regulação, gestão e produção de verdades sobre a escola e a aprendizagem (Srnicek, 2018).

Licença CC BY 4.0

Tal análise permite evidenciar que as plataformas digitais ocupam um lugar central nesse arranjo, não apenas como suporte técnico, mas como elementos constitutivos do próprio funcionamento da política. Sistemas de avaliação em larga escala e dispositivos de monitoramento do desempenho configuram uma rede de produção e circulação de dados que sustenta a governança da alfabetização. Esses dispositivos tornam visíveis determinadas dimensões do processo educativo, ao mesmo tempo em que invisibilizam outras, estabelecendo critérios específicos para a definição do que conta como aprendizagem, progresso e qualidade.

Nesse cenário, o currículo é progressivamente traduzido em termos de habilidades, descritores e progressões que podem ser acompanhados e mensurados por meio de sistemas digitais. Essa tradução não é neutra, pois implica a seleção e estabilização dos sentidos de alfabetização, frequentemente alinhados a perspectivas que privilegiam a mensuração de competências e o alcance de metas previamente estabelecidas. Dessa forma, ela é reduzida a competências ensináveis, sequenciáveis e mensuráveis por instrumentos padronizados (Axer; Dias; Drummond, 2024).

As plataformas operam, nesse contexto, como dispositivos que articulam avaliação, monitoramento e regulação ao registrar, organizar e comparar dados sobre o desempenho dos estudantes e o trabalho docente, produzindo indicadores e relatórios que não apenas descrevem, mas contribuem para constituir a própria realidade educacional, ao definir parâmetros de normalidade, identificar desvios e orientar intervenções. Esse deslocamento transforma avaliação e monitoramento em processos contínuos, integrados ao cotidiano escolar e com efeitos diretos sobre as práticas pedagógicas, sendo sustentado por uma estratégia ampliada de circulação de informações do CNCA, como o Canal CAEd, que funciona como infraestrutura de difusão de orientações, dados e práticas, ao mesmo tempo em que apresenta a plataforma do programa como o ambiente central de integração dos instrumentos de avaliação contínua, resultados e materiais de suporte ao seu uso (Canal CAEd, 2025).

Nesse ambiente digital, os dados das avaliações são processados e disponibilizados a professores e gestores, permitindo acompanhar a aprendizagem

Licença CC BY 4.0

do nível individual às redes e orientar intervenções pedagógicas, identificação de lacunas e verificação de resultados (Canal CAEd, 2025), ao mesmo tempo em que subsidiam a implementação de políticas e a tomada de decisões, reforçando a centralidade da informação estatística. Nesse contexto, a avaliação assume papel organizador do trabalho pedagógico e da gestão, incidindo sobre o currículo e orientando o planejamento e o replanejamento em diferentes níveis do sistema, o que a coloca no centro da organização do ensino e da gestão da alfabetização. A plataforma disponibiliza indicadores de participação e desempenho, percentuais de estudantes em diferentes níveis de aprendizagem, resultados por habilidade, dados de escrita organizados por categorias de correção e perfis de fluência leitora. Com a disponibilização contínua desses resultados, professores podem acompanhar o desenvolvimento de cada estudante e planejar intervenções pedagógicas a partir das dificuldades identificadas. Nesse movimento, o trabalho pedagógico passa a ser progressivamente orientado, reforçando a centralidade dos dados na organização do ensino e na condução da alfabetização.

Sob tal discurso, a chamada “avaliação formativa” é incorporada como parte constitutiva do processo de aprendizagem, orientada à produção de *feedbacks* que reconfiguram o ensino, o planejamento e as intervenções pedagógicas. Ela desloca a plataforma e os dados por ela gerados para uma posição central na organização do trabalho docente e da gestão educacional, operando como tecnologia de acompanhamento, intervenção e regulação das aprendizagens. No âmbito do CNCA, essa lógica se materializa nas ações do eixo de sistemas de avaliação, em que o CAEd/UFJF assume papel estratégico na produção, registro e circulação de dados, sendo responsável pelos instrumentos e pelo processamento das Avaliações Contínuas da Aprendizagem e dos testes de fluência, a partir dos quais se produz o Indicador Criança Alfabetizada (ICA), utilizado como referência para o monitoramento da política (Brasil, 2024a).

O ICA mede o percentual de estudantes do 2º ano do ensino fundamental considerados alfabetizados a partir de critérios técnicos definidos nacionalmente pelos parâmetros do CNCA. As avaliações e os testes de fluência são aplicados pelas redes de ensino e os resultados são inseridos na Plataforma do Compromisso

Licença CC BY 4.0

Nacional Criança Alfabetizada - CAEd/UFJF (Brasil, 2024b), evidenciando a centralização e a padronização dos processos de registro, processamento e acompanhamento dos dados educacionais.

Apresentado como instrumento de monitoramento e apoio à tomada de decisão, o ICA opera como tecnologia de gestão da alfabetização, permitindo acompanhar resultados, definir metas, redirecionar estratégias e induzir ações pedagógicas nas redes; dados recentes indicam aumento de 59% (2024) para 66% (2025) no percentual de crianças alfabetizadas, superando a meta prevista (INEP, 2026). O indicador mede anualmente a proporção de estudantes do 2º ano do ensino fundamental público que atingem o nível adequado de alfabetização, com base em testes padronizados de leitura e escrita e em um ponto de corte que define quem é considerado alfabetizado (INEP, 2026), inserindo a alfabetização em uma lógica de desempenho em escala, níveis de proficiência, monitoramento contínuo e comparação de resultados.

Nesse contexto, o avanço dos percentuais passa a operar simultaneamente como evidência de sucesso e mecanismo de legitimação da política, deslocando o debate sobre alfabetização para o campo dos indicadores, metas e resultados, no qual aprender a ler e escrever é progressivamente traduzido em números, índices e posições em escalas. Essa lógica se materializa, por exemplo, na premiação do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, concedido a redes que atingem metas, como os 66% de crianças alfabetizadas em 2025 acima da meta de 64%, e projetado para impulsionar o alcance de mais de 80% até 2030 (INEP, 2026). Organizado em categorias como “ouro”, “prata” e “bronze”, o selo não apenas reconhece resultados, mas induz e difunde práticas alinhadas às diretrizes da política ao tornar visíveis experiências consideradas bem-sucedidas e, com isso, produzir referências sobre o que passa a contar como “boa prática” na alfabetização.

A partir dessa leitura, é possível compreender que a plataformização da alfabetização, no âmbito do CNCA, não se reduz ao uso de tecnologias digitais, mas configura um modo específico de governar a educação, no qual a produção e a circulação de dados assumem papel central. Esse movimento tensiona a docência ao introduzir novas formas de acompanhamento e controle, ao mesmo tempo em

Licença CC BY 4.0

que redefine os critérios de legitimidade do trabalho pedagógico. Assim, em vez de operarem apenas como ferramenta de apoio, as plataformas passam a constituir o próprio tecido da política, integrando-se aos mecanismos de regulação e contribuindo para a produção de determinadas formas de ensinar, aprender e avaliar.

Tal configuração abre espaço para problematizar os efeitos dessa racionalidade, que também envolve o currículo e a docência, especialmente quando articulada ao conceito de *GPS docente* (Ferreira, 2023), permitindo explicitar como essas diferentes dimensões se combinam na produção de percursos pedagógicos cada vez mais orientados, monitorados e antecipados. É a partir dessa articulação que se torna possível aprofundar a análise sobre os modos pelos quais a plataformização participa da redefinição da alfabetização como campo de intervenção política e pedagógica.

O *GPS docente* e a regulação da alfabetização no contexto do CNCA

A articulação entre plataformização da educação e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) pode ser aprofundada a partir do conceito de “GPS docente”, entendido como chave analítica para compreender as formas contemporâneas de regulação do trabalho pedagógico. Nesse cenário, tal conceito revela-se especialmente profícuo, tendo sido desenvolvido no âmbito da pesquisa de doutorado de uma das autoras deste texto (Ferreira, 2023), como uma chave interpretativa para compreender as transformações contemporâneas da docência em contextos de plataformização da educação. Ao remeter à ideia de rotas pré-definidas e coordenadas fixas, o GPS docente evidencia a emergência de modelos pedagógicos prescritivos que orientam a prática docente a partir de sequências didáticas padronizadas, guias automatizados e recomendações baseadas em dados. Assim como um sistema de navegação que promete conduzir ao destino ideal mediante o seguimento rigoroso de instruções, essas tecnologias sugerem que a qualidade educacional pode ser garantida pela adesão a trajetórias previamente estabelecidas.

Licença CC BY 4.0

No âmbito do CNCA, essa dinâmica torna-se particularmente visível na articulação entre currículo e avaliação, mediada por sistemas digitais que organizam, acompanham e avaliam o processo de alfabetização. A Plataforma do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CAEd/UFJF (Brasil, 2024b) passa a funcionar como dispositivo que não apenas registra informações, como também orienta a prática docente ao indicar caminhos considerados mais eficazes para o ensino. Nesse sentido, o *GPS docente* materializa-se na oferta de percursos pedagógicos previamente estruturados, que sugerem sequências didáticas, ritmos de progressão e intervenções ajustadas a partir de dados produzidos em tempo real. O conceito explicita um modo de regulação que se materializa em plataformas digitais, sistemas adaptativos e dispositivos de acompanhamento contínuo, os quais passam a oferecer *caminhos ótimos* para o ensino, baseados em padrões de desempenho e em análises preditivas.

Essa configuração produz um deslocamento importante na forma de conceber o trabalho docente. Ao incorporar recomendações baseadas em evidências e análises preditivas, as plataformas tendem a operar como instâncias de validação das práticas pedagógicas, estabelecendo parâmetros sobre o que deve ser ensinado, como ensinar e em que ritmo avançar. O professor, nesse contexto, é interpelado a alinhar sua prática às orientações produzidas pelos sistemas, o que contribui para a consolidação de uma racionalidade que privilegia a aderência a trajetórias previamente definidas em detrimento da construção situada do ensino. Nesse processo, o trabalho docente é progressivamente capturado por uma lógica de antecipação e controle, na qual decisões pedagógicas são orientadas por parâmetros externos, reduzindo a margem de autonomia e deslocando a centralidade da experiência docente para a lógica dos dados (Ball, 2014; Selwyn, 2021).

O GPS docente, nesse sentido, não se limita à ideia de orientação, mas implica uma forma de governo da prática pedagógica que articula prescrição, monitoramento e responsabilização. Trata-se de uma tecnologia discursiva e material que opera tanto pela indução de comportamentos quanto pela produção de regimes de verdade sobre o que significa ensinar “bem”. Ao oferecer “rotas ideais”

Licença CC BY 4.0

para a alfabetização, baseadas em padrões de desempenho e metas estabelecidas pela política, esses dispositivos contribuem para a consolidação de uma cultura de performatividade (Ball, 2014), na qual o trabalho docente passa a ser avaliado e regulado a partir de indicadores e evidências quantificáveis. Ao mesmo tempo, ao propor percursos ideais e respostas previamente configuradas, o GPS docente tende a transformar o professor em operador de fluxos instrucionais, reforçando uma racionalidade tecnocrática que privilegia a previsibilidade e a eficiência.

Ao problematizar a relação entre plataformização, solucionismo tecnológico e currículo, argumenta-se que as tecnologias digitais não devem ser compreendidas de forma acrítica, pois participam da produção de subjetividades, conhecimentos e formas de organização escolar (Selwyn, 2017). Dessa forma, resistir ao *GPS docente* não implica rejeitar tecnologias, mas recusar sua naturalização como soluções únicas (Morozov, 2013). Embora prometa personalização e apoio, o *GPS* tende a reduzir a complexidade do ensino ao pressupor sequências previsíveis e controláveis, o que, na alfabetização, expressa-se no alinhamento a progressões baseadas em habilidades fragmentadas e mensuráveis, subordinando dimensões como interpretação, produção de sentidos e práticas sociais de linguagem a critérios de desempenho quantificáveis.

A tentativa de estabilização do trabalho docente mostra-se problemática, pois a docência é entendida como prática de tradução, marcada pela imprevisibilidade, negociação de sentidos e abertura ao inesperado (Lopes, 2015). Ao reduzir o ensino a operações técnicas, o *GPS docente* esvazia a dimensão criativa e política da ação pedagógica, convertendo o professor em executor de prescrições externas. A crítica, portanto, não se dirige apenas às ferramentas, mas à lógica que busca fixar sentidos, antecipar percursos e controlar efeitos. Em contraste, afirmar a docência como prática contingente implica reconhecer a inexistência de rotas únicas ou garantias, evidenciando processos abertos nos quais o currículo se produz na tensão entre regulação e invenção, reafirmando seu caráter discursivo e disputado.

Dessa forma, ao analisar o CNCA e o eixo de sistemas de avaliação, considerando o conceito de “GPS docente”, torna-se possível evidenciar como a plataformização da alfabetização contribui para a consolidação de novas formas de

Licença CC BY 4.0

regulação do trabalho docente e de definição da alfabetização, baseadas na integração entre dados, prescrições e monitoramento contínuo. Essa análise não implica a negação da importância da política ou de seus objetivos, mas aponta para a necessidade de problematizar os modos pelos quais ela opera, especialmente no que diz respeito aos efeitos sobre a autonomia docente e sobre as formas de significar o ensinar e o aprender. Ao tornar visíveis esses processos, o conceito de *GPS docente* contribui para deslocar o debate sobre tecnologias na educação de uma perspectiva instrumental para uma análise crítica das racionalidades que as sustentam. Dessa forma, no contexto do CNCA, as plataformas não apenas apoiam a alfabetização, como participam ativamente de sua definição, organização e regulação, configurando um cenário no qual ensinar e aprender passam a ser cada vez mais orientados por lógicas de dados, desempenho e previsibilidade.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou problematizar o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) a partir da articulação entre plataformização da educação, solucionismo tecnológico e a perspectiva pós-estrutural de currículo, tomando o conceito de *GPS docente* como chave analítica. Ao deslocar o olhar das tecnologias como meros instrumentos para compreendê-las como parte constitutiva das formas contemporâneas de governar a educação, evidenciou-se que as plataformas mobilizadas no âmbito do CNCA operam como dispositivos centrais na regulação da alfabetização, especialmente por meio da integração entre currículo e avaliação.

Nesse cenário, as avaliações assumem papel estratégico, deixando de operar apenas como instrumentos de diagnóstico ou verificação da aprendizagem para se configurarem como dispositivos contínuos de monitoramento e regulação da alfabetização. Mediadas por plataformas digitais, essas avaliações produzem dados em larga escala que alimentam sistemas de acompanhamento, comparação e definição de metas, permitindo não apenas descrever o desempenho dos estudantes, como também intervir sobre ele de forma sistemática. Assim, além de

Licença CC BY 4.0

tentar “medir a aprendizagem”, as avaliações passam a orientar práticas pedagógicas, induzir decisões curriculares e sustentar mecanismos de governamento que operam por meio da vigilância contínua, da produção de indicadores e da responsabilização de escolas e professores (Ball, 2014; Williamson, 2017).

A partir do conceito de “GPS docente”, tornou-se possível explicitar como essa racionalidade se materializa na oferta de trajetórias pedagógicas previamente estruturadas, nas quais os resultados das avaliações retroalimentam continuamente as práticas de ensino. O monitoramento constante do desempenho, nesse sentido, constitui-se como elemento central de tal dispositivo ao permitir a identificação de desvios em relação às metas estabelecidas e a proposição de intervenções consideradas necessárias para garantir os resultados esperados. Desse modo, configura-se uma lógica de regulação da alfabetização baseada na articulação entre dados, prescrição e acompanhamento contínuo, na qual ensinar e aprender passam a ser progressivamente governados por métricas e indicadores.

Tal lógica, no entanto, ao mesmo tempo em que promete maior controle e eficiência, contribui para a intensificação de mecanismos de regulação e para a redução da autonomia docente ao orientar decisões pedagógicas por parâmetros externos e previamente definidos. Ao privilegiar dimensões mensuráveis, as avaliações tendem a silenciar aspectos fundamentais da alfabetização, como a produção de sentidos, a interação discursiva e a inserção dos sujeitos em práticas sociais de linguagem, reforçando uma compreensão restrita de qualidade vinculada ao desempenho quantificável.

Esses movimentos evidenciam os limites da estabilização do processo educativo, uma vez que ensino e aprendizagem não se reduzem a métricas e indicadores. A docência, como prática contingente, criativa e política (Lopes, 2015), resiste à regulação total, afirmando-se como espaço de negociação e produção de sentidos; assim, a crítica à centralidade das avaliações e plataformas não implica em recusá-las, mas em problematizar as racionalidades que orientam seu uso, sobretudo quando associadas ao controle e à previsibilidade. Por fim, ao destacar o papel das avaliações nos dispositivos de monitoramento e regulação da

Licença CC BY 4.0

alfabetização, reforça-se a necessidade de ampliar o debate sobre políticas contemporâneas, deslocando-o de uma perspectiva técnica para uma análise crítica das formas de governamento, reconhecendo que dados, indicadores e plataformas não apenas descrevem, mas produzem a realidade educacional, configurando modos de ensinar, aprender e significar a alfabetização.

Referências

AXER, B.; DIAS, J. J. ; DRUMMOND, R. de C. R . Alfabetização e cultura: por possibilidades outras de significação dos processos de aprendizagem da leitura e da escrita. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 40, p. 1-18, 2024. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/93101/52733. Acesso em: 31 mar. 2026.

BALL, S. J. *Educação global S.A.*: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BOGÉA, D. B.; OLIVEIRA, M. F. T. de. Desejo, fantasia e currículo: das signifiXações à concertinidade. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 26, n. 88, p. 553-568, jan./mar. 2026. Disponível em: https://doi.org/10.7213/1981-416X.26.088.AO03. Acesso em: 31 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Plano de Monitoramento e Avaliação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*. Brasília, D.F.: Ministério da Educação, 2023b. 32 p. Disponível em: https://l1nq.com/uxzql1d. Acesso em: 16 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Guia da avaliação contínua da aprendizagem*: compromisso nacional criança alfabetizada. Brasília, D.F.: Ministério da Educação, 2024a. 32 p. Disponível em: https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/. Acesso em: 31 mar. 2026.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 110, p. 3, 13 jun. 2023a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11556.htm. Acesso em: 31 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Indicador Criança Alfabetizada*: Rio de Janeiro. Brasília, D.F.: Ministério da Educação, 2024b. 9 p. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/monitoramento-e-avaliacao/rj_ica2024.pdf. Acesso em: 31 mar. 2026.

Licença CC BY 4.0

CANAL CAEd. *MEC CNCA*: resultados da avaliação de Língua Portuguesa e o planejamento de intervenções pedagógicas. YouTube, 5 maio 2025. 1 vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/live/VvrHZiz1iio?si=4ow_9j2ufiycQKYW. Acesso em: 16 mar. 2026.

FERREIRA, L. M. da C. *Prescrições curriculares: problematizando o sentido de tecnologia em redes políticas digitais.* Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

FRANGELLA, R. de C. P.; SILVA, T. S. M. T. da. Produção curricular na Educação Infantil pós-BNCC: negociações possíveis? O movimento de reformulação curricular em Secretarias de Educação da Baixada Fluminense. *Educação*, Santa Maria, v. 49, p. 1-18, jul. 2024. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao Acesso em: 31 mar. 2026.

FRANGELLA, R. C. P. Padrão-política: fincando prioridade e propriedade no terreno educacional. *Currículo sem Fronteiras*, v. 19, n. 3, p. 828–843, set./dez. 2019. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss3articles/frangella.pdf Acesso em: 01 mar. 2026.

GALVÃO, É. R. de S; SANTOS, C. dos. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada: discursos do eixo formação. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, Ponta Grossa, v. 11, e25655, p. 1-16, 2025. Disponível em: https://l1nq.com/mb7ugbz Acesso em: 31 mar. 2026.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Brasil e 20 unidades da Federação alcançam meta de alfabetização*. Brasília, D.F.: INEP, 2026. Disponível em: https://acesse.one/xsitlzd . Acesso em: 16 mar. 2026.

JACOMEDES, M.; SAÇÇO, C. B. V.; LIMA, N. C. M. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA): o sistema de avaliação e seus desdobramentos na rede municipal de Juiz de Fora/MG. *Cadernos para o Professor*, Juiz de Fora, ano 32, n. 50, p. 27-46, 2025. DOI: https://doi.org/10.62556/73nr9t76.

LOPES, A. C. *Por um currículo sem fundamentos*. São Paulo: Cortez Editora, 2025.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. Prefácio à segunda edição brasileira: em defesa das escolas como produtoras de políticas. *In*: BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUM, A. *Como as escolas fazem as políticas*: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

LOPES, A. C. Teorias pós-críticas, política e currículo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 445-465, 2015.

Licença CC BY 4.0

MOROZOV, E. *To save everything, click here*: the folly of technological solutionism. New York: PublicAffairs, 2013.

SELWYN, N. *Education and technology*: key issues and debates. 2. ed. London: Bloomsbury Academic, 2017.

SRNICEK, N. *Capitalismo de plataformas*. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

WILLIAMSON, B. B*ig data in education*: the digital future of learning, policy and practice. London: SAGE, 2017.

Recebido em: 23 abr. 2026
Aprovado em: 29 mai. 2026

Revisor(a) de língua portuguesa: Luana Volpato Ferranti
Revisor(a) de língua inglesa: Bárbara Lopes Garcia de Souza Campos
Revisor(a) de língua espanhola: Laura Marques Sobrinho

Licença CC BY 4.0